

Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo

Waldir José Rampinelli*

Resumo:

A ditadura de António de Oliveira Salazar, que durou trinta e seis anos, foi uma das mais longas da Europa e se baseava no lema *saber durar*. Para tanto, Salazar controlava com mão de ferro os seus ministros e mantinha Portugal à margem da industrialização, evitando o surgimento da classe operária e consequentemente a luta de classes. Defendia a estratégia de um Portugal *horta e pomar da Europa*. A manutenção do colonialismo, principalmente o africano, lhe deu forças para levar adiante seu regime fascista, já que tais mercados ultramarinos ajudavam a aliviar a pressão interna lusitana. Foi o próprio colonialismo que o derrotou ao politizar as Forças Armadas.

Palavras-chave: Salazar; ditadura; fascismo; colonialismo.

Salazar: A long dictatorship defeated by colonialism

Abstract:

The dictatorship of António de Oliveira Salazar, which lasted thirty six years, was one of Europe's longest and was based on the motto *knowing how to endure*. Thus, Salazar controlled his ministers with an iron fist and maintained Portugal at the margins of industrialization, avoiding the rise of a working class and consequently the class struggle. He defended the strategy of a Portugal that was the *garden and orchard of Europe*. The maintenance of colonialism, principally in Africa, gave him force to continue his fascist regime, since those overseas markets helped to alleviate domestic pressures. It was colonialism itself that overthrew him by politicizing the armed forces.

Keywords: Salazar; dictatorship; fascism; colonialism.

António de Oliveira Salazar, que assumiu a pasta das Finanças em 27 de abril de 1928 e se tornou presidente do Ministério em 5 de julho de 1932 (cargo que, com a Constituição de 1933, leva o nome de Presidência do Conselho)¹,

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Autor do livro *As duas faces da moeda – as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português* (Florianópolis: Editora da UFSC, 2004).
End. eletrônico: rampinelli@globo.com.br

¹ Salazar, ao longo de todo o período em que esteve no poder, sempre apresentou sua função pública como um gesto de sacrifício e de abnegação em favor da nação portuguesa, difundindo a imagem de vítima, de sofredor e de desapego ao tempo em que exigia apoio e desprendimento de todo o povo para lograr seus objetivos políticos, econômicos e financeiros.

permaneceu nele até 27 de setembro de 1968. A longevidade deste regime esteve calcada em uma rígida centralização de poder que Salazar denominava saber durar. Ele ficou no governo durante quarenta anos consecutivos, sendo que trinta e seis na qualidade de seu chefe e de seu responsável máximo, dando-lhe forma e conteúdo, qual seja, a criação do Estado Novo, que seria derrubado pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.

Na condição de Ministro das Finanças (1928-1932), Salazar adotou um rígido plano de ajuste estrutural, contendo as despesas dentro dos limites compatíveis com as possibilidades do país e penalizando os mais pobres, cujas demandas sociais exigidas foram suspensas. Apoiado pelas Forças Armadas, obteve os seguintes compromissos de seus pares: 1) que cada departamento do governo dispusesse de um orçamento estipulado pelo Ministro das Finanças; 2) que todas as medidas passíveis de interferir na receita ou na despesa do Estado fossem previamente discutidas com o titular das Finanças que dispunha de mecanismos para vetar; e, 3) que todos os departamentos do governo cooperassem com o Ministério das Finanças no sentido de reduzir despesas e aumentar a receita. Tamanho poder lhe valeu o título, dado pela imprensa, de “ditador das finanças”, permitindo-lhe lograr apoios suficientes que lhe fizeram sobreviver e, em dado momento, suplantaram a ditadura militar e criar o seu próprio regime.

Do Terreiro do Paço –localização do Ministério das Finanças– para o Palácio de São Bento –residência oficial do Presidente do Conselho– foi uma passagem estratégica que consistira na apresentação dos sucessivos orçamentos equilibrados, nos elogios internacionais à sua atuação e na criação de conflitos dentro da ditadura militar. “Por um lado”, diz Filipe Ribeiro de Meneses, “começou a formular sua visão para o futuro de Portugal; por outro, Salazar provocou confronto atrás de confronto entre as facções militares até só ele ficar de pé” (Meneses, 2001: 99)². Deste modo, Salazar tomou o poder e se tornou ditador³.

A longevidade da ditadura salazarista deveu-se a razões de ordem externas e internas que conjugadas deram uma estabilidade a seu Estado Novo (Rosas, 1989: 17 ss). No campo da economia internacional, Portugal fazia parte de uma periferia dependente, atrasada e pouco industrializada, cuja principal produção estava baseada em uma agricultura tradicional resistente à modernização. Deste modo, as grandes crises mundiais pouco repercutiam no país já que eram amor-

² As notas dos livros portugueses serão apresentadas de acordo com o idioma lusitano.

³ A Constituição de 1933, que transformava o Estado português em uma “República unitária e corporativa”, fora a peça central do regime que pusera fim à ditadura militar e instaurara o Estado Novo. Aprovada por meio de um plebiscito, em 19 de março, sua promulgação aconteceu em 11 de abril, depois de uma intensa campanha propagandística do governo. Esta Constituição implantava a ditadura do Presidente do Conselho de Ministros.

tecidas, quer por uma vasta retaguarda rural, quer pelos mercados coloniais alternativos. A grande depressão de 1929, por exemplo, além de chegar tarde para os portugueses passou relativamente rápida e seus efeitos foram moderados. A queda nas remessas dos emigrantes e no valor dos bens coloniais não tiveram consequências catastróficas.

A segunda razão externa que explica a duração da ditadura salazarista foi o fato de Lisboa ser uma metrópole colonizadora e colonialista. Salazar adotou uma política colonial caracterizada pelo nacionalismo extremado e por uma verticalidade administrativa, revertendo a posição anterior a seu regime. Isso porque, se a política colonial da I República (1910-1926) havia sido nacionalista –até mesmo por se contrapor à monárquica, que não evitara a independência do Brasil–, ela valorizava economicamente as colônias, permitindo inclusive a entrada do capital internacional e o povoamento branco.

Com Salazar, há uma mudança radical nessa política, pois o *império colonial* vai desempenhar um papel historicamente decisivo na manutenção do regime, tornando-se um escoadouro natural de mercadorias, e posteriormente de capitais, bem como uma fonte de matérias-primas e bens alimentares, evitando-se desse modo o surgimento de crises que poderiam levar a sua ruptura.

Na realidade, as colônias são a extensão administrativamente assegurada do estreito mercado metropolitano para uma indústria e uma agricultura não competitivas nos mercados externos que, graças à <muleta colonial> –e não só–, podem subsistir longamente sem necessidade de se colocarem os problemas econômicos e socialmente perturbadores da reorganização/concertação ou da reforma agrária. São a alternativa garantida para colocar produtos de exportação, quando a crise de 29 ou a concorrência do segundo pós-guerra fazem desaparecer vários dos principais clientes. São a fonte de abastecimentos providencial (e de largos lucros...) face ao estrangulamento do bloqueio e ao encerramento de mercados na Segunda Guerra Mundial. São, em ritmo acelerado após o conflito, o destino dos capitais nele acumulados, o mercado comprador e abastecedor que suporta novas indústrias e serviços e, com tudo isso, um motor decisivo do processo da constituição dos grupos monopolistas portugueses e da formação do capital financeiro(Rosas, 1989: 17-18).

Esse papel estratégico desempenhado pelas colônias, entre outros, é fundamental para a manutenção do *status quo* vigente. Isso faz com que Portugal, em pleno processo de formação do Mercado Comum Europeu nos anos 1960, ouse –como país semiperiférico que é– opor a Europa uma estratégia ultramarina.

A terceira razão externa deve-se a situação geoestratégica de Portugal e de suas ilhas localizadas no cruzamento das principais rotas do Atlântico Norte. Assim sendo, adquire uma posição privilegiada entre as potências marítimas, bem

como com aquelas que pretendem disputar a hegemonia dos mares de saída da Europa. Com base nesta realidade, Salazar revalorizou a posição de seu governo na Guerra Civil da Espanha⁴; na manutenção de uma falsa neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, aproveitando-se desta situação para obter grandes vantagens econômicas, como também a própria sobrevivência do regime e a integridade territorial do império colonial⁵; na busca de apoio, por parte dos governos democráticos, ao Estado Novo, ameaçado pelo movimento antifascista; na entrada da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com o objetivo de alcançar uma legitimação e uma respeitabilidade a seu regime na comunidade internacional para obter respaldo a sua guerra colonial.

Já no campo interno, a ditadura salazarista lançou mão de uma estratégia econômica, política e social que consistia na defesa de um mundo rural tradicional, que se opunha a qualquer reforma fundiária e agrícola modernizante. Este mundo nacionalista, antiindustrializante, ruralista, ultra conservador e católico será o grande baluarte na defesa da imutabilidade do regime e de sua liderança. Em 1950, cerca de 50% da população lusitana ainda era analfabeta, chegando a 70% ou 80% em algumas regiões rurais. “Essa imensa massa rural, despolitizada, analfabeta, submissa”, diz Fernando Rosas, “funcionará historicamente como um pesado lastro de estabilização e conservação da ordem estabelecida, sob a tutela dos grandes interesses da terra”.

A segunda razão deve-se à existência de uma classe dominante interna caracterizada pela sua debilidade econômica global, por sua dependência externa, por sua divisão e pela falta de setores que hegemonizem processos de conservação ou de mudança.

No fundo, a história do salazarismo e da vida política do seu chefe vai ser a da capacidade e possibilidade de defender, adaptar, reformular este sistema de equilíbrios às diversas conjunturas e acidentes de percurso. Esta essência equilibrante do regime decorrente das debilidades estruturais da burguesia portuguesa, esta sua preocupação constantemente ensaiada de não romper a frente de todos os setores sociais dominantes entre si e destes com as classes intermédias, tendo um preço real em termos de desenvolvimento econômico do país, parece dever considerar-se como um elemento central na capacidade de durar demonstrada pelo Estado Novo (Rosas, 1989: 22).

⁴ O apoio do regime português aos nacionalistas espanhóis, desde 1931, foi fundamental para derrotar os republicanos. Esta ajuda foi de tanta valia quanto a prestada pelos alemães e italianos, pois a fronteira luso-espanhola servia de retaguarda para os franquistas, enquanto que os republicanos que a atravessassem poderiam ser presos e devolvidos ao exército rebelde para serem fuzilados.

⁵ Uma vez terminada a guerra, o serviço de propaganda da ditadura utilizou-se largamente da expressão “neutralidade colaborante” que consistia em exaltar a inteligência e a diplomacia de Salazar por manter Portugal afastado do conflito como também por ter ajudado os Aliados a obter a vitória.

Por fim, a debilidade social e política das entidades de classe, principalmente do operariado, por falta de um desenvolvimento industrial. O lento processo de crescimento e concentração das indústrias, especialmente as de base –metalurgia, siderurgia, metalmeccânica, química e outras–, configurou uma classe operária pequena até a década de 1950. A única região que apresentava uma maior concentração de operários era a zona de Lisboa com uma faixa industrial ao norte e ao sul do rio Tejo. No entanto, a disjuntiva histórica seria decisiva para os planos do presidente do Conselho de Ministros, já que a guerra colonial iria politizar as Forças Armadas, e ao mesmo tempo a necessidade de um processo de industrialização levaria a burguesia agrária a perder seu lugar hegemônico para a industrial-financeira⁶ com interesses específicos nos mercados europeus. Esses dois fatos, a guerra e uma nova fração de classe hegemônica, com preponderância para o primeiro, ajudaram a desembocar nos acontecimentos de abril de 1974.

Na verdade, a burguesia industrial-financeira sentia-se limitada em um país tão pequeno como Portugal e ao mesmo tempo sufocada por Salazar, que fora sempre um homem voltado para a ruralidade e “não acompanhou (ou não quis acompanhar) a evolução dos tempos e, portanto, impediu o crescimento da indústria portuguesa” (Carvalho, 2001: entrevista).

Salazar, ao visitar as aldeias portuguesas, defendia os valores tradicionais católicos dos camponeses e se orgulhava de apresentar o país “como horta e pomar da Europa”. Para tanto, tinha os olhos postos na África como válvula de escape. Ao falar a um público de trabalhadores sobre a importância da educação, disse de si próprio que era “filho duma família pobre. E os parentes, todos eles pobres, lá continuam ainda na sua aldeia, a trabalhar a terra, cavando-a e regando-a. Nada fez –nem fará– para os retirar dali, do seu meio, e onde são tão úteis à Nação, como ele, Salazar, o é no Governo” (Salazar, 1959).

Salazar: regime fascista ou autoritário?

O salazarismo foi classificado por vários autores como um regime autoritário e não fascista, pois lhe faltava algumas características básicas inerentes às ditaduras clássicas europeias, como uma liderança carismática que envolvesse multidões, um

⁶ A burguesia agrária, tendo a comercial como subalterna, foi a base econômica, política e ideológica do Estado Novo. Embora sua hegemonia econômica entrasse em declínio no início dos anos 1960, somente no final da mesma década passou a perder força ideológica. Para fazer frente à guerra colonial, o Estado alterou sua política econômica, havendo uma abertura ao capital internacional e ocorrendo o fortalecimento de uma nova classe hegemônica, a industrial-financeira. Com o avanço dessa nova formação social e das novas reivindicações dos trabalhadores, a forma organizativa do Estado é posta em questão, e no momento em que ele tenta recuperar o domínio dos velhos tempos gera uma crise de legitimidade e se torna incapaz de resolver o grande conflito.

partido único que mobilizasse as massas, uma ideologia expansionista e guerreira e uma tendência totalitária. Por outro lado, a sociedade portuguesa do pós primeira guerra mundial não possuía as características estruturais que antecederam a emergência do fascismo nos demais países, como industrialização acelerada, massificação da vida política, crise econômica e mobilidade social descendente. Ademais, Alemanha e Itália haviam passado por uma unificação política recente, ao passo que Portugal era uma nação que tinha solucionado este problema há séculos e o Estado Novo era comparado com regimes como o de Dolfuss, na Áustria, e os do Leste Europeu (Costa Pinto: 1989: 158).

No entanto, para João Bernardo, o perfil do fascismo deve ser tratado a partir de alguns pontos fundamentais, tais como: a) a violência, que foi uma de suas características mais constantes, levando os regimes a estabelecer a ordem e a autoridade⁷; b) o populismo, que fez a apologia dos empresários, considerados produtivos e a quem caberia guiar os trabalhadores e assegurar a prosperidade da nação; c) a estrutura corporativa, que institucionalizou as relações entre o governo e as empresas em um quadro dividido por ramos de atividades, participando deste jogo os sindicatos como parceiros menores. Por fim, o autor estabelece um quadrilátero com dois polos exógenos ao movimento fascista (Exército e Igreja) que representavam o peso conservador da sociedade e outros dois polos endógenos (Partido/Milícias e Milícias/Sindicatos) que significavam o radicalismo que os fascistas haviam introduzido na tradição conservadora. A especificidade de cada regime fascista consistiu na forma como se ligou às instituições exógenas e no caráter que imprimiu às instituições endógenas.

O fascismo português desenvolveu-se a partir do eixo exógeno com o golpe de 28 de maio de 1926, dado pelas Forças Armadas com as bênçãos da mais alta hierarquia eclesiástica e com o eixo endógeno milícias/sindicato. Este levante que derrotou a I República e impôs uma ditadura militar (1926-1933) aproximou-se da Igreja abrindo caminho para o reconhecimento oficial das “aparições de Fátima”. Às vésperas de 13 de maio de 1929, o bispo de Leiria –que tem jurisdição sobre a Cova da Iria– inaugurou, juntamente com o presidente do país Óscar Carmona e vários ministros de Estado, entre eles António de Oliveira Salazar, a central elétrica do Santuário, dando por terminado o divórcio entre Estado e Igreja. No ano seguinte, em 13 de outubro, o mesmo prelado publica a *Carta*

⁷ A prisão do Tarrafal, em Cabo Verde, tornou-se o símbolo emblemático da repressão do Estado Novo. A esta violência física pode agregar-se a ideológica, já que o Decreto-lei n.º 27 003, de 4 de setembro de 1936, introduzia um juramento de lealdade que deveria ser prestado pelos detentores de cargos públicos e que dizia: “Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”.

Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora de Fátima, na qual declara “dignas de crédito as visões das crianças da Cova da Iria”, aprovando oficialmente “o culto a Nossa Senhora de Fátima”. As décadas de 1930 e 1940, que oficializam a veneração à Virgem de Fátima, correspondem, igualmente, à instalação e à afirmação do Estado Novo português, cuja existência, provavelmente, seria impossível sem o apoio oficial da Igreja Católica⁸. As instituições estadonovistas vão se associar estreita e ativamente à Fátima. Se na I República predominou o anticlericalismo, no Estado Novo venceu o nacionalismo católico-clerical, avançando para um universalismo anticomunista e contra revolucionário. Foi a Igreja Católica que impôs Fátima e não Fátima que se impôs à ela.

Por outro lado, esta nova atitude da hierarquia maior da Igreja Católica veio revelar-se, igualmente, como um verdadeiro trunfo contra a República de 1910. E contra a liberdade. Contra a autonomia individual. E contra todas as outras Igrejas não católicas. Contra a maçonaria. E contra a laicidade e a cidadania, então incipientes (Oliveira, 1999: 11)

Por sua vez, o eixo endógeno se manifesta na criação de milícias e sindicatos organizados e comandados por um Estado corporativo. A “Ação Escolar de Vanguarda”, que tinha como finalidade atrair jovens nacionalistas para o Estado Novo, foi a primeira organização estatal com um caráter fascista e diretamente incentivada por Salazar. Igualmente a “Mocidade Portuguesa”, que surgira para preservar o país das mudanças republicanas na vizinha Espanha, propunha-se a ser uma organização nacional e pré-militar que estimulasse o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à Pátria, pondo-a em condições de fazer sua defesa. Mais tarde aparece a “Legião Portuguesa” com os mesmos fins, porém, mais direcionada contra o “perigo vermelho”. O fascismo em Portugal adotou a denominação de nacional-sindicalismo. Foi a contra-revolução que, superando a si mesma, tornou-se revolução dentro da ordem.

A ditadura, o colonialismo e a queda

O Ato Colonial – publicado em 9 de julho de 1930 e que se torna parte integrante da Constituição em 1933 – tenta reunir num instrumento jurídico

⁸ O discurso sobre as “aparições” não permaneceu linear e imutável, mas se adaptou à conjuntura de cada época. Em 1917, com a Primeira Grande Guerra em curso, Fátima pede a recitação do rosário com o intuito de pôr fim ao conflito e restabelecer a paz no mundo; na década de 1920, quando ainda vigorava a I República, a mensagem da Cova da Iria toma um caráter nacionalista, antiateísta e messiânico; por fim, nos anos 1930, Fátima apoia o regime nacional-católico fascista português e, no plano externo, condena o “comunismo internacional”, tanto na vizinha Espanha como na distante URSS.

as garantias fundamentais da nação portuguesa como potência colonial, as dos indígenas, as da governabilidade ultramarina, bem como as das relações econômicas e financeiras entre a metrópole e as colônias. Na verdade, trata-se, dentro de uma visão uniforme e centralizadora, da proclamação de um nacionalismo destinado a manter as colônias enquadradas na nova conjuntura internacional que se avizinhava.

O artigo 2º deste Ato apresenta um enunciado doutrinário que afirma ser “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”.

Entre as principais decisões do Ato Colonial estão as de nominar os territórios ultramarinos de colônias que passavam a constituir o *Império Colonial Português*; garantir aos nacionais e estrangeiros residentes nelas os direitos concernentes à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos legais, e a possibilidade administrativa de expulsar todos os indesejáveis; subordinar as futuras concessões do Estado, ainda que a partir de capital estrangeiro, ficando sujeitas à nacionalização e ao desenvolvimento da economia das colônias; suprimir a figura do Alto-Comissário, aparecendo a do Governador Geral ou a do Governador de Colônia, de quem são drasticamente reduzidos os poderes e a autonomia de decisão, passando praticamente tudo para o Ministério das Colônias ou para a Metrópole; restringir as concessões aos estrangeiros, quer no domínio territorial, quer na exploração de portos comerciais, impedindo-se a “acumulação deles na posse de empresas para fins especulativos”; acabar com a autonomia financeira das colônias, fazendo-as depender diretamente do orçamento da Metrópole, assim como impedir a entrada de capitais estrangeiros em favor dos nacionais; ditar uma organização econômica estritamente subordinada ao princípio da unidade nacional, cabendo à Metrópole o direito de “ser o árbitro supremo dos interesses mútuos” (Silva, 1989; 118).

Com tais medidas, revertem-se três pontos básicos: a) a pouca autonomia conquistada na I República é substituída por uma forte centralização; b) a abertura ao capital estrangeiro cede seu lugar à utilização dos capitais nacionais; e c) o desenvolvimento autônomo é preterido em favor da integração econômica imperial.

Paralelamente a isso, no campo doutrinário, desenvolvia-se a tese de que a manutenção de Portugal como Estado-nação dependia diretamente do império colonial. São as razões do Portugal uno e indivisível, plurirracial e pluricontinental, ou seja, *uma pátria do Minho ao Timor*. Na verdade, não era o Estado-nação que necessitava intrinsecamente de suas colônias, mas sim o Estado Novo. Foi por isso que Salazar proclamou a tão conhecida frase “para Angola rapidamente e

em força”, elegendo a guerra como única alternativa viável quando começaram os conflitos pela independência, no início dos anos 1960.

A maioria dos pesquisadores de história contemporânea de Portugal, como também lideranças ligadas ao processo revolucionário, concordam com a íntima correlação existente entre as guerras coloniais e a queda do salazarismo. Segundo Fernando Rosas, era praticamente impossível para Portugal manter um conflito *anti-subversivo* em um clima de liberdade de imprensa: “A guerra causava, suscitava, a crescente oposição de largos setores da opinião pública, em particular da juventude e da juventude estudantil em especial; desviava avultadíssimas verbas do orçamento (cerca de 40% no fim do marcelismo⁹), indispensáveis para aplicações à sobrevivência do regime.” Além disso, ela havia se tornado insustentável sob o ponto de vista econômico devido à crise internacional de 1973, que pusera término ao *boom* do pós-1945. Por isso, o conflito passou a ser visto com muita preocupação, inclusive por setores ligados ao próprio salazarismo.

Salazar, por sua vez, descrevia em seus discursos o processo de colonização como um meio de levar a esses povos um novo conceito e modo de civilização.

As fundas pegadas e traços que ficaram de nós na terra e nas almas, por muita parte onde não é hoje nosso o domínio político, e tem maravilhado os observadores desde as costas de Marrocos à Etiópia e do mar Vermelho aos estreitos e ao mar da China, vêm exatamente de que a nossa obra não é a do caminhar que olha e passa, do explorador que busca à pressa as riquezas fáceis e levantou a tenda e seguiu, mas a do que, levando em seu coração a imagem da Pátria, se ocupa amorosamente em gravá-la fundo onde adrega de levar a vida, ao mesmo tempo que lhe desabrocha espontâneo da alma o sentido da missão civilizadora (sic). Não é a terra que se explora: é Portugal que revive (Salazar, 1959: 153).

Desse modo, exercitando o nacionalismo e uma *ação civilizadora*, Salazar pretende fazer frente às demais potências, que no seu entender estão somente preocupadas com a expropriação de suas colônias.

Igualmente, seu governo explora a conjuntura internacional bipolar, recorrendo sempre à tese de que o comunismo se apossará das colônias portuguesas, caso a metrópole delas se retire. A embaixada de Portugal em Washington, em carta confidencial ao ministro dos Negócios Estrangeiros, mostra-se preocupada com a expansão do comunismo no Extremo Oriente, no Médio Oriente e na África. Nesse continente, por exemplo, algumas colônias foram objeto de manobras um tanto disfarçadas de núcleos comunistas visando a criar um “mau

⁹ Corresponde ao período (set. 1968 à abr. 1974) em que Marcelo Caetano exerceu a função de presidente do Conselho de Ministros, em substituição a António de Oliveira Salazar.

ambiente às potências colonizadoras e encorajamento de qualquer movimento tendente a separar a colônia da metrópole”. Simultaneamente, a embaixada faz uma crítica à Grã-Bretanha por adotar uma política de cedência aos movimentos emancipadores, procurando dentro das possibilidades manter uma comunhão de interesses com os Estados que se tornarem independentes. Para tanto, o documento confidencial ressalva que o anticolonialismo cresce também dentro dos Estados Unidos, embora os seus meios oficiais tenham adotado, por conveniências do momento, uma aparente política de cooperação com as nações coloniais. Daí a necessidade de se associar a tese da manutenção das colônias com a concepção de defesa estratégica anticomunista¹⁰.

A mesma preocupação se dá com as posições tomadas pelas Nações Unidas, “quer por razões ideológicas ou sentimentais, quer por motivos de defesa econômica ou de agressão política”, já que “a maioria compacta de seus membros mostra-se anticolonialista”. E o documento afirma que “as Nações Ultramarinas devem estar permanentemente alertas e evitar que sejam considerados em *Lake Success* assuntos do seu exclusivo interesse e competência. Impõe-se que entre elas se estabeleça e mantenha contato íntimo que permita, mediante consultas recíprocas e trocas de impressões, definição de política econômica que se complete e seja baseada em espírito construtivo e progressivo”.

Diante de tantos debates internacionais com uma forte conotação anticolonialista, de nada serve a revisão constitucional de 1951 alterando o nome de *colônia* para *província ultramarina*. Na verdade, tratava-se de um eufemismo político para amenizar a pressão forânea, que poucos dividendos trouxe, já que muitos governos, avaliando um recuo de Salazar, aumentaram o tom das críticas nas comissões e sessões plenárias dos organismos multilaterais.

Portugal, aproveitando-se da doutrina luso-tropicalista, tentara passar a imagem de que seu colonialismo promovera uma integração harmoniosa. No entanto, quer através da colonização, quer da cristianização, o racismo sempre estivera presente no seu império. “Os escritores portugueses modernos” – diz Boxer – “que afirmam que os seus compatriotas nunca tiveram qualquer sentimento preconceituoso de cor ou de discriminação contra o negro africano ignoram estranhamente o fato óbvio de que uma raça não pode escravizar sistematicamente membros de outra, em grande escala, por mais de três séculos, sem adquirir um sentimento, consciente ou não, de superioridade racial”. O historiador inglês dedicou uma de suas obras à análise dessas relações raciais na

¹⁰ Documentos da Embaixada de Portugal em Washington. O problema colonial e os Estados Unidos. (confidencial). Ministério dos Negócios Estrangeiros, ano 1951.

África, Ásia e América e chegou à conclusão de que, “quanto mais depressa os portugueses deixarem as suas possessões ultramarinas, tanto melhor para todos” (Boxer, 1977: 58-59 e 127).

Nesse contexto, a entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) tinha dois objetivos fundamentais: 1) sair do isolamento do *Pacto Ibérico*, onde se via uma Espanha cada vez mais hostilizada por sua simpatia e apoio às forças nazistas, assim como pelo massacre aos republicanos durante a sua guerra civil; e 2) buscar apoio para seguir com sua política colonial. No entanto, no primeiro incidente ocorrido entre Portugal e a União Indiana, a OTAN não se imiscuiu nele, apenas recomendando que se utilizasse a negociação política para resolvê-lo.

Apesar de todas as manobras internas e externas, a posição política de Portugal começa a ser questionada cada vez com maior intensidade. Isso se torna motivo de muita preocupação para a sua diplomacia, cujas embaixadas e consulados nos mais diversos países costumam fazer relatórios constantes e confidenciais sobre a posição de governos a respeito do colonialismo. Além disso, essa mesma diplomacia busca meios para angariar o apoio e a simpatia à causa colonial, desde convites para que jornalistas influentes visitassem Portugal com todas as despesas pagas, passando pela cooptação de altos funcionários de governos estrangeiros, até o uso das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo com seu poder de barganha tanto no campo político quanto econômico.

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), igualmente, teve uma participação no acompanhamento político internacional relacionado ao anticolonialismo. Envia relatórios constantes à Presidência do Conselho e Ministérios afins, não apenas informando mas sugerindo, como por exemplo uma possível saída de Portugal das Nações Unidas.

José Calvet de Magalhães confessa que foi um período difícil para os diplomatas portugueses fazerem a defesa de uma causa que a cada dia tornava-se mais perdida. Franco Nogueira –ministro dos Negócios Estrangeiros– reclamava de uma falta de solidez de seu povo na luta pela manutenção do ultramar. O próprio Salazar, já mais para o final dos anos 1960, confidenciava a alguns amigos a previsão do pior para um futuro bem próximo (Nogueira, 1987).

Portugal, diante dos novos *ventos de mudança*, busca estreitar relações com os países que tenham influência regional e que nos organismos internacionais possam fazer a defesa da tese do colonialismo como função civilizadora e cristianizadora. Essa ideologia foi largamente explorada e difundida pelo Estado Novo, que se julgava imbuído de uma *missão histórica*, a qual consistia na *defesa do Ocidente*.

Adriano Moreira, ministro das Colônias Ultramarinas, chamava a atenção para a relação entre o portuguêsismo e o cristianismo, dizendo que, onde se fez a aculturação, escolheu-se “desde sempre o catolicismo como paradigma essencial”. Para tanto, “a ação missionária católica está indissolivelmente comprometida com o patriotismo, e tem de atuar no sentido de fazer coincidir a qualidade de cristão com a qualidade de português, o que apenas temos o direito de esperar quando a ação missionária, mesmo cristã, é de origem diferente” (Moreira, 1960: 10-11).

À guisa de conclusão – o apoio de Gilberto Freyre à ditadura salazarista

As teses de Gilberto Freyre caíram como uma luva para o Estado Novo português – principalmente a partir de 1950 –, chegando-se a introduzir o estudo das mesmas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), a escola criada por Adriano Moreira com a finalidade de formar uma elite para administrar as colônias. Desse modo, a doutrina do sociólogo brasileiro – o lusotropicalismo – passa a ser sistematicamente aprendida em um estabelecimento de ensino superior, gerando numerosos trabalhos teóricos e de campo. Com base em tais conceitos, legitima-se historicamente a ação colonizadora portuguesa, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica um outro, calcado nos valores culturais, civilizacionais e cristãos.

Freyre, convidado pelo ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues – não sem antes consultar a Salazar –, fez uma longa viagem a Portugal e às *províncias ultramarinas*. O périplo começa em agosto de 1951 e se prolonga até fevereiro do ano seguinte. Freyre visita todas as colônias portuguesas, à exceção de Timor e Macau. Embora as razões apresentadas para não conhecê-las fossem o problema da distância, na verdade tratava-se de questões meramente políticas. Em Timor vivia-se uma fase de reconstrução seguida de uma forte repressão por parte da administração lusitana, o idioma português era apenas falado por grupos minoritários e a mestiçagem não ocorrera em escala ascendente. Tampouco interessaria mostrar Macau, já que ali o poder real se concentrava nas mãos dos comunistas chineses e não nas dos portugueses. A República Popular da China permitia a manutenção do *status quo* de Macau porque lhe interessava como porta de entrada dos produtos ocidentais.

Tão dirigido e controlado foi o itinerário que, à medida que Freyre se deslocava de um ponto a outro, a diplomacia portuguesa e o Ministério Ultramarino enviavam orientações de como proceder com o *ilustre visitante*, desde o cuidado na escolha das pessoas que deveriam acompanhá-lo, passando pela seleção dos lugares nos quais se hospedaria, chegando até a programação das conferências. Nos vários telegramas despachados pelo ministro ultramarino às autoridades coloniais, Freyre é sempre elogiado como o “grande lusófilo”, “observador independente mas muito afeiçãoado [a] Portugal [e que] tem exercido ação notável

no Brasil [...] na “defesa da cultura portuguesa” e “um dos mais notáveis amigos” mas que no entanto precisava ser dirigido¹¹.

Por isso, a PIDE foi avisada da viagem e pedido a ela que facilitasse a locomoção do sociólogo. E quando o *visitante* insistia em fazer algo que não interessasse a Portugal, como conhecer a Companhia de Diamantes do Dundo, em Angola —onde as práticas discriminatórias e o trabalho escravo eram evidentes—, poder-se-ia permiti-lo, conquanto que o tempo fosse o mais restrito possível, alegando-se problemas de agenda¹².

Na realidade, Freyre estava sendo controlado por dois Ministérios: o dos Negócios Estrangeiros e o do Ultramar. De acordo com o local em que se encontrasse, ora um ora outro se encarregava de fazer a agenda do viajante. Frases desses ministros, como “o programa parece muito bem e apropriado”, “concordo com nomes que V. Excia indicou para guiar o visitante”, “agradeço transmitir urgente programa definitivo”, “programa parece muito bem e apropriado”, e, por sua vez, as respostas dos governadores-gerais e funcionários diplomáticos, como “instruções serão atentamente seguidas” e “tudo farei para cumprir determinações”, aparecem com frequência nos telegramas trocados. O ministro do Ultramar chegou a detalhar ao governador-geral de Moçambique a visita de Freyre àquela colônia¹³.

Como resultado dessa viagem, denominada de estudo, Freyre escreveu dois livros no ano de 1953: *Aventura e rotina e Um brasileiro em terras portuguesas*. Nessas obras usa pela primeira vez o conceito lusotropicalista e legítima a política colonial portuguesa, comprometendo-se com o salazarismo e dando seu apoio teórico ao colonialismo.

Freyre escreveu mais dois livros sobre o lusotropicalismo: *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961). Essas obras foram encomendadas por organismos do Estado português, sendo a primeira publicada pela Junta de Investigação do Ultramar (JIU) e a segunda pela Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. O Estado Novo se utilizou desses trabalhos, supostamente científicos, para fazer propaganda e buscar legitimidade na aplicação de sua política colonial. Por luso-tropicalismo Freyre entendia como “o estudo sistemático de todo um conjunto ou de todo um complexo de adaptações do português aos trópicos”.

Apesar de todo este esforço, o colonialismo foi fundamental na derrota da ditadura fascista portuguesa ao politizar as Forças Armadas.

¹¹ Telegrama do ministro do Ultramar—Gabinete do ministro. Arquivo Histórico Ultramarino, 29 ago. 1951.

¹² Telegrama do ministro do Ultramar—Gabinete do ministro. Arquivo Histórico Ultramarino, 17 dez. 1951.

¹³ Telegrama do ministro do Ultramar—Gabinete do ministro. Arquivo Histórico Ultramarino, 5 dez. 1951.

Bibliografia

- BERNARDO, João (2003). *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Edições Afrontamento.
- BOXER, Charles R (1977). *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*. Porto: Edições Afrontamento.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 8, 2002. Entrevista concedida ao autor. Lisboa, 26 jun. 2001.
- FREYRE, Gilberto (1953). *Um brasileiro em terras portuguesas*. Lisboa: Editora Livros do Brasil.
- MENESES, Filipe Ribeiro (2011). *Salazar: biografia definitiva*. São Paulo: Leya, 2011.
- MOREIRA, Adriano (1960). *Problemas sociais de ultramar*. Lisboa: Agência Central do Ultramar.
- NOGUEIRA, Franco (1987). *Um político confessa-se*. 3ª ed., Porto: Editora Civilização.
- OLIVEIRA, Mário de (1999). *Fátima nunca mais*. Porto: Campo das Letras.
- PINTO, António Costa (1989). O salazarismo e o fascismo europeu. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RAMPINELLI, Waldir José (2004). *As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (1989). *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SALAZAR, António de Oliveira (1959). *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3ª ed. Porto: Afrontamento.
- SALAZAR, António de Oliveira (1959). *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. III.
- SILVA, A. E. Duarte. Salazar e a política colonial do Estado Novo: o Acto colonial (1930-1951). In: ROSAS, Fernando & BRITO J. M. Brandão. Lisboa: Publicações Dom Quixote.